PLANO DE ENSINO

FDCON

DISCIPLINA DIREITO ELEITORAL

TURNO: M/N	PERÍODO: 7º	C.H.60

PROFESSOR:

I – IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

II – Ementa

Instituições do Direito Eleitoral. Sufrágio. O voto. A qualificação e a inscrição. O voto secreto. Plebiscito. O referendum. O voto e a iniciativa popular. A representação política. As eleições. Os partidos políticos. O processo eleitoral. As inelegibilidades. Inelegibilidade e segurança nacional. Propaganda eleitoral. Justiça eleitoral e Ministério Público Eleitoral. Processo, Ações e Prestações de Contas de Campanha e Julgamento dos crimes eleitorais.

III – Objetivos da Disciplina

Objetivo geral:

Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade contagense, mineira e brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver a compreensão fundamental dos direitos políticos e de sua efetivação, bem como oferecer visão global do complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações jurídicas concernentes ao Direito Eleitoral, inserido que está nos direitos políticos fundamentais;

- Identificar, na primeira parte do estudo, uma visão geral dos direitos políticos, sob o prisma de sua história, fases, evolução e influências até hoje presentes em nosso cotidiano, procurando desta forma facilitar o entendimento do Direito Eleitoral e sua aplicação em sua respectiva justiça especializada;

PLANO DE ENSINO

FDCON

•Identificar, na primeira parte do estudo, uma visão geral dos direitos políticos, sob o prisma de sua história, fases, evolução e influências até hoje presentes em nosso cotidiano, procurando desta forma facilitar o entendimento do Direito Eleitoral e sua aplicação em sua respectiva justiça especializada;

•Interpretar e aplicar os diversos institutos do Direito Eleitoral nas relações dinâmicas da contemporaneidade, onde as novas tecnologias impões uma dinamicidade desafiadora ao Direito Eleitoral, proporcionando uma visão global do complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações políticas atuais;

•Ocupar-se dos institutos que efetivam direitos políticos fundamentais em sua vertente coletiva, analisando-os minuciosamente, realizando estudo analítico do direito eleitoral, sua jurisprudência, bem como à jurisprudência eleitoral de nossos dias;

• Reconhecer, interpretar e aplicar as questões de profundidade teórica e práticas peculiares ao Direito Eleitoral.

IV – Habilidades

- Ler, compreender textos relativos à temática do Direito Eleitoral;
- Interpretar textos normativos (legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes) relativos à disciplina de Direito Eleitoral;
- Reconhecer terminologias jurídicas relativas à disciplina Direito Eleitoral e suas especificidades;
- Identificar situações jurídicas conflitantes na sociedade relativas à aplicação dos Direito Políticos;
- Dominar tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito Eleitoral;
- Compreender o conteúdo sob a perspectiva constitucional e jurisprudencial e seu vínculo prático com o Direito Eleitoral.

V – Competências

- Elaborar textos, atos e documentos com conteúdo jurídico relacionado à disciplina de Direito Eleitoral;
- Pesquisar, identificar e aplicar os textos normativos à situações concretas (apontar fundamentos legais, doutrinários e jurisprudenciais acerca do Direito Eleitoral);
- Aplicar a correta terminologia jurídica e da Ciência do Direito, específica do Direito Eleitoral;
- Utilizar raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica para criar posicionamentos jurídicos acerca do Direito Eleitoral;
- Aplicar as regras relativas aoDireito Eleitoral sob a perspectiva principiológica constitucional e jurisprudencial.

PLANO DE ENSINO

FDCON

VI – Descrição do Conteúdo

1.Direito Eleitoral: fundamento; objeto; Princípios, fontes; relacionamento com outras disciplinas jurídicas.
2. Representação popular e democracia representativa.
3. Organização eleitoral. Voto. Modalidades. Sistemas eleitorais.
4. Justiça eleitoral. Composição. Ministério Público Eleitoral
5. Direitos Políticos Positivos e Negativos.
6. Capacidade eleitoral (ius suffragii e ius honorum)
7. Alistamento eleitoral. Obrigatório e Facultativo
8. Condições de Elegibilidade Constitucional e infraconstitucional.
9. Partidos políticos: natureza jurídica; classificação; criação; funcionamento; fusão e extinção.
10. Sistemas partidários, coligações.
11. Eleição.
12. Garantias eleitorais.
13. Propaganda eleitoral.
14. Votação e Apuração eleitoral. Proclamação e diplomação dos eleitos.
15. Invalidade dos atos eleitorais.
16. Prestação e contas de campanha
16. Ações e Recursos eleitorais.
17. Crimes eleitorais.
18. Processo penal e processo disciplinar no Direito Penal Eleitoral.
19. Reforma eleitoral Lei nº 13.165/2015 e reflexos.
20. Propostas e Projetos de Lei de Reformas Eleitorais.

VII – Procedimentos Didáticos

Aula expositiva e estudos de casos, com debates e utilização de conteúdos multimídia como notícias de jornais ou revistas, internet, vídeos etc., que extrapolam o tema estritamente jurídico.
As técnicas utilizadas buscam criar no aluno a capacidade de raciocínio jurídico dos fatos, sem prejuízo de uma compreensão crítica do Direito e do Estado. Ademais, buscar-se-á proporcionar ao aluno as capacidades profissionais de atuação, bem como de certames públicos.
A disciplina procurará fomentar uma visão plural da sociedade e do fenômeno jurídico, de modo que a didática utilizada fomente a compreensão do discente como ser autônomo.
Além desses procedimentos didático-pedagógicos e, visando atender as Portarias MEC nº 343/2020 e nº 544/2020, bem como o Parecer CNE/CP nº 11/2020, as aulas terão as seguintes configurações:
1º Anteriormente ministradas presencialmente, passarão a ser ministradas, na modalidade remota ao vivo pela plataforma "Zoom", no mesmo dia e horário da aula presencial, através das tecnologias de informação e comunicação, com a utilização de ferramentas síncronas (via transmissão online – Webconferências, chats, seminários e debates online, que acontecem em horário previamente agendado) com aula mediada pelo professor, e as ferramentas assíncronas (são aquelas consideradas desconectadas do momento real e/ou atual) como materiais disponíveis e acessíveis no sistema de acesso dos alunos.
2º Todas as atividades estarão disponíveis através de links disponíveis no Portal do Aluno TOTVS, que poderá ser acessadas pelos estudantes a qualquer hora, tais como: material de aula na Plataforma Prezi, testes, tarefas, listas de exercícios, e-mail, arquivos de conteúdo, vídeos, gravação das aulas. Será utilizada uma combinação entre ferramentas síncronas e assíncronas para oferecer uma boa experiência de ensino, permitindo doses certas de interatividade e autonomia do protagonismo dos nossos estudantes.
3º As atividades práticas supervisionadas seguem as regras da Portaria MEC nº 544/2020, conforme Ofício e planilhas encaminhados pela FDCON ao MEC.

PLANO DE ENSINO

FDCON

4º Durante todo o semestre serão aplicadas Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno desenvolver habilidades e competências previstas na DNC e no PPC do curso utilizando:
4.1) A aprendizagem entre pares e times, com formação de equipes dentro de determinada turma para que o aprendizado seja feito em conjunto e haja compartilhamento de ideias;
4.2) Aprendizagem baseada em problemas, construindo o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos, possibilitando exposição a situações motivadoras, preparando o discente para o mundo do trabalho;
4.3) Aprendizagem baseada em projetos: fazer com que os alunos adquiram conhecimento por meio da solução colaborativa de desafios.

VIII – Recursos/ Materiais/ Locais

Quadro branco, pincel atômico e recursos de multimídia.

IX – Avaliação

O discente será avaliado com base na distribuição de 100 (cem) pontos, consistente na aplicação de 4 avaliações, sendo: 1ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões objetivas, padrão OAB 1ª Fase, e 4 discursivas, padrão OAB 2ª Fase; 2ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões discursivas, padrão ENADE; Trabalho Teórico-Prático: 10 (dez) pontos, cuja realização será feita em equipe, ficando todos os integrantes responsáveis pela análise de um processo real, a ser disponibilizada por cada professor, devendo, todos os integrantes da respectiva equipe produzirem texto escrito, com valor de 5 (cinco) pontos, referente à pesquisa feita do processo real, além de realizarem apresentação Oral análise do processo, com valor de 5 (cinco) pontos; e Avaliação Final: 30 (trinta) pontos, cuja prova reunirá 10 questões de cada disciplinas dogmáticas do período e deverá ter como base as questões objetivas da 1ª fase do Exame de Ordem (OAB).

X – Bibliografia

Básica

- GOMES, José Jairo. Direito eleitoral. 13ª. ed. rev., atual. eampl. – São Paulo: Atlas, 2017.
- GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Direito eleitoral. 3. ed. rev., atual. eampl. – São Paulo: Atlas, 2018.
- MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. Direito eleitoral. 2ª. ed. rev., atual. eampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

Complementar

- AGRA, W. D. M.; VELLOSO, C. M. D. S. **Elementos de direito eleitoral.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018
- BÁRBARA Lou da Costa Veloso [et. al]; coordenação Elaine Harzheim Macedo, Juliana Rodrigues Freitas.Jurisdição eleitoral e direitos políticos fundamentais. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO; Belém, PA: CESUPA, 2015.
- BRITO, Auriney;LONGHI, Victor RozattiLonghi.Propaganda eleitoral na Internet. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GOMES, José Jairo. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral. 2. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo:Atlas, 2016.
- GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos Crimes eleitorais e processo penal eleitoral. 2ª ed. –